

RODONORTE – CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.
CNPJ/MF nº 02.221.531/0001-30
NIRE nº 41300015783

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2001

DATA E HORA: 28 junho de 2001, às 15 horas, na sede social da Companhia situada na Rua Afonso Pena, 87, na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. **PRESENÇA:** Presentes todos os acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Fica dispensado o aviso de convocação de acordo com o previsto no artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de todos os acionistas. **MESA:** Presidente: Sr. Renato Alves Vale; Secretária: Sra. Tânia Maria Ajuz Issa. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a 1ª emissão de Debêntures da Companhia. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:** **I.** Os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, a 1ª emissão de Debêntures da Companhia, com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública, visando ao desenvolvimento do objeto social da Companhia. As Debêntures serão emitidas de acordo com os seguintes termos e condições: **1. Data da Emissão:** A data da emissão das Debêntures será 1º de maio de 2001. **2. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de até R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais). **3. Séries:** As Debêntures serão emitidas em série única. **4. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 340 (trezentos e quarenta) Debêntures para distribuição pública. **5. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). **6. Forma, Modalidade e Espécie:** As Debêntures serão da forma escritural e nominativa, modalidade não conversíveis em ações, e da espécie com garantia real. **7. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data que será divulgada nos anúncios de início de distribuição, com ágio ou deságio definido em processo de *bookbuilding*, aplicado sobre seu valor nominal atualizado e acrescido da remuneração, acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. **8. Procedimento de Colocação e Distribuição:** A colocação será pública, no mercado de balcão não organizado, com a intermediação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição. **9. Remuneração:** As Debêntures serão remuneradas por uma taxa de juros de 11% ao ano e terão atualização monetária de acordo com a variação do IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, que serão pagos anualmente sobre saldo do valor nominal atualizado não amortizado do período anterior. Esta remuneração será paga anualmente e após o período de carência, em conjunto com o principal, sempre no primeiro dia útil do mês de maio do respectivo ano, vencendo-se a primeira em 01 de maio de 2002. As Debêntures terão atualização monetária de acordo com a variação do IGP-M. **10. Amortização Programada:** O principal das Debêntures será pago em sete parcelas anuais, vencíveis em 1º maio de 2004, 1º maio de 2005, 1º maio de 2006, 1º maio de 2007, 1º maio de 2008, 1º maio de 2009, 1º maio de 2010. A primeira parcela será no valor correspondente a 10% do valor nominal, na Data de Emissão, e as demais no valor correspondente a 15% do valor nominal, na Data de Emissão, ou nas hipóteses de vencimento antecipado abaixo descritas. **11. Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 9 (nove) anos, vencendo-se, portanto, em 1º de maio de 2010. **12. Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário das Debêntures poderá declarar antecipadamente vencidas, mediante comunicação escrita à Companhia todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do valor do saldo do valor nominal atualizado e não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido de juros até a data do efetivo pagamento, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes: **a)** não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures ou do Contrato de Financiamento a ser celebrado com o BNDES, nas respectivas datas de vencimento; **b)** liquidação ou decretação de falência ou concordata da Companhia; **c)** falta de cumprimento pela Companhia e/ou pelos seus respectivos patrocinadores de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantias a serem celebrados, na Escritura de Emissão ou no Contrato de Financiamento com o BNDES, as quais, com exceção dos eventos dispostos neste item, não tenham sido sanadas em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário e BNDES; **d)** descumprimento, por parte da Companhia de qualquer obrigação(ões) pecuniária(s) em valor singular ou agregado superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), que permaneça sem regularização pelo período de 30 dias a contar da data de inadimplemento; e **e)** perda ou cassação da concessão da rodovia detida

pela Companhia. O Agente Fiduciário, porém, somente poderá declarar o vencimento antecipado das obrigações constantes da Escritura de Emissão com base nos itens "c" e "d" acima caso o faça em conjunto com o BNDES. Os eventos acima descritos não implicarão o vencimento antecipado das Debêntures se forem objeto de prévia apreciação e aprovação pela assembléia especial dos debenturistas. **13. Negociação:** As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. **14. Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado e não amortizado, acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado. **15. Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia reserva-se no direito de, a qualquer tempo, resgatar parcial ou totalmente as Debêntures em circulação a partir do 1080º dia da Data de Emissão, pelo seu valor nominal não amortizado e atualizado, mediante publicação de aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do Agente Fiduciário e divulgado no Jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional. **16. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às amortizações e juros remuneratórios a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia, por meio do SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados por esta ou, na hipótese de determinadas Debêntures não estarem vinculadas a este sistema, na sede da Companhia ou ainda, em Instituições Financeiras contratadas pela Companhia para tal fim. **17. Garantias:** As Debêntures da presente emissão serão garantidas, nos termos dos Contratos de Garantias a serem celebrados, por: (i) caução de 99,99% das ações representativas do capital social da Companhia até a amortização final do Contrato de Financiamento com o BNDES e das Debêntures; (ii) caução das receitas da Companhia decorrentes da exploração das rodovias; (iii) cessão de indenização dos seguros contratados pela Companhia, (iv) caução de certas contas vinculadas da Companhia e de suas aplicações financeiras, e (v) cessão da indenização devida pelo Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão da Companhia. Estas garantias serão compartilhadas entre o BNDES e os debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do Contrato de Financiamento do BNDES e das Debêntures, e sua execução será conduzida pelo BNDES e pelo Agente Fiduciário de acordo com os Contratos de Garantias a serem celebrados. **18. Opções de Venda Contra o BNDES:** nº 39º e 75º mês a contar da Data da Emissão, os debenturistas terão opções de venda, a serem exercidas a critério exclusivo de cada debenturista, contra o BNDES, pelo valor nominal atualizado e não amortizado das Debêntures, acrescido da remuneração calculada de forma "*pro rata temporis*" desde a data da última amortização de principal até a data da aquisição das Debêntures pelo BNDES, desde que a Companhia não esteja inadimplente em relação aos pagamentos previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Financiamento. **19. Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados com relação à emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", sempre com a antecedência mínima de 10 dias úteis, devendo a Companhia avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação. **II.** Fica a Diretoria autorizada, observando-se a forma de representação da Companhia prevista no artigo 17 de seu Estatuto Social, a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, para a distribuição e colocação pública das Debêntures, bem como a nomear e contratar o Agente Fiduciário para a sua emissão, celebrando a competente Escritura de Emissão, tomando junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e privadas em geral, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários, todas as providências necessárias para a emissão das Debêntures, nos termos das deliberações tomadas nesta Assembléia. **III.** Nos termos do § 1º do art. 59 da Lei 6.404/76 foi delegado ao Conselho de Administração da Companhia poderes para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, a época e condições de vencimento, amortização e resgate das Debêntures, época e condições do pagamento de juros, ágio ou deságio, bem como o cancelamento das Debêntures em tesouraria, e para propor, em nome da Companhia, à assembléia de debenturistas as alterações que julgar necessárias com relação à Escritura de Emissão. Dentre os poderes acima delegados ao Conselho de Administração da Companhia, inclui-se, sem limitação, o de aprovar e divulgar o ágio ou deságio a ser definido em processo de *bookbuilding* a que se refere o item 7 acima. **SUSPENSÃO DOS TRABALHOS E LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Não havendo mais nada a ser tratado, foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata. A Assembléia foi então reiniciada, a ata lida, achada em ordem e aprovada e assinada por todos os presentes. Ponta Grossa, 28 de junho de 2001. Sr. Renato Alves Vale, Presidente da Mesa e Sra. Tânia Maria Ajuz Issa, Secretária. Acionistas: Companhia de Concessões Rodoviárias, Cesbe S.A. – Engenharia e Empreendimentos, Rotas Centrais Participações Ltda., Porto de Cima Concessões S.A., Sr. Renato Alves Vale, Sr. Ricardo Coutinho Sena, Sr. Manoel Ailton Soares dos Reis, Sr. Thadeu Luciano Marcondes Penido, Sr. Paulo de Tarso Camargo Opice, Paulo Roberto Reckziegel Guedes, Sr. Carlos Soares Loyola e Silva, Sr. Vilson Flores Busnello. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Tânia Maria Ajuz Issa - Secretária. Junta Comercial do Estado do Paraná. Certifico o registro em 06.07.2001, sob o número 2001162429-9. Tufi Rame - Secretário Geral.